



Apostador: os sites ilegais respondem por 55% do mercado brasileiro (Svetikd/Getty Images)

Jogo sujo: A explosão das bets ilegais ameaça o mercado regulado de apostas

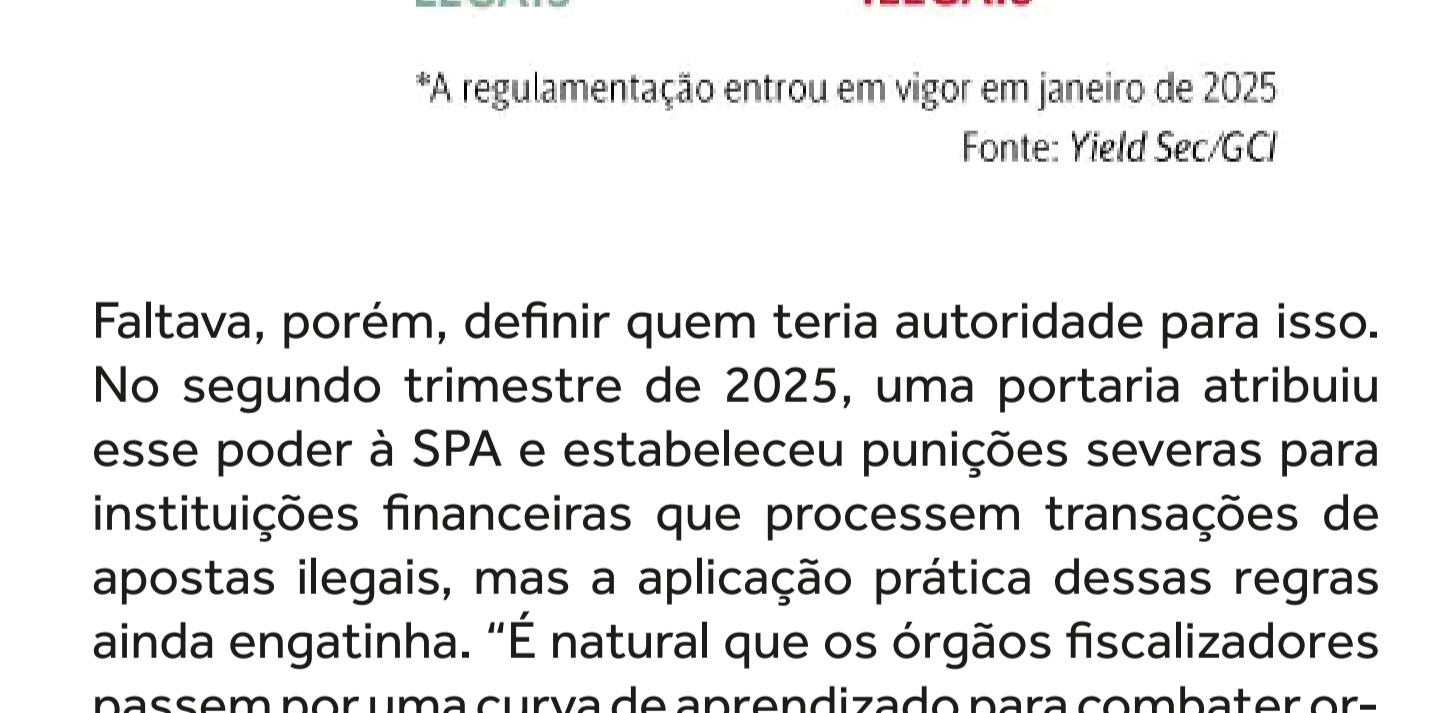
Enquanto as bets reguladas gastam fortunas para cumprir regras rígidas, sites clandestinos transformam um mercado bilionário em terreno livre para o crime

POR FELIPE CARNEIRO 21 DEZ 2025, 08H00

A entrada no mercado regulado de bets on-line no Brasil em 1º de janeiro de 2025 tinha um preço alto. O bilhete de ingresso custava 30 milhões de reais pela licença de operação, mais 5 milhões depositados em uma conta-garantia obrigatória, a comprovação de outros 30 milhões em patrimônio líquido, além da montagem de toda a estrutura da empresa em solo nacional e de um pacote de medidas de proteção ao jogador que não sai por menos de 40 milhões de reais. E isso sem contar o marketing — só o patrocínio da camisa do Flamengo vale 268 milhões de reais por ano, enquanto no Corinthians o valor é de 103 milhões de reais.

O prêmio parecia compensar o risco e atraiu dezenas de empresas (hoje já são 97, donas de 167 marcas) para disputar um mercado que movimentou mais de 35 bilhões de reais em receita bruta apenas no primeiro semestre de 2025. O perigo? Que todo esse investimento se tornasse inútil, já que o brasileiro continua tendo acesso a milhares de cassinos clandestinos na internet, que não arcam com nenhum desses custos para operar. "A regulamentação foi muito bem-feita e as bets legais dominaram o mercado muito rapidamente", afirma André Gelfi, presidente do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável. "Mas as ilegais se adaptaram na mesma velocidade e estão crescendo sem um combate realmente efetivo."

A reviravolta começou já no segundo trimestre de 2025. De janeiro a março, o mercado legal havia capturado 55% das apostas on-line no país, impulsionado por campanhas agressivas de marketing. Bastaram, porém, três meses para a participação recuar para 45% — uma queda rápida que acendeu todos os alertas. O motivo? Os operadores ilegais descobriram rapidamente como explorar cada nova regra criada para proteger o consumidor. A disputa entre as bets se tornou uma guerra assimétrica, travada em torno dos "três Ps": preço, produto e promoção.



Fonte: Yield Sec/GCI

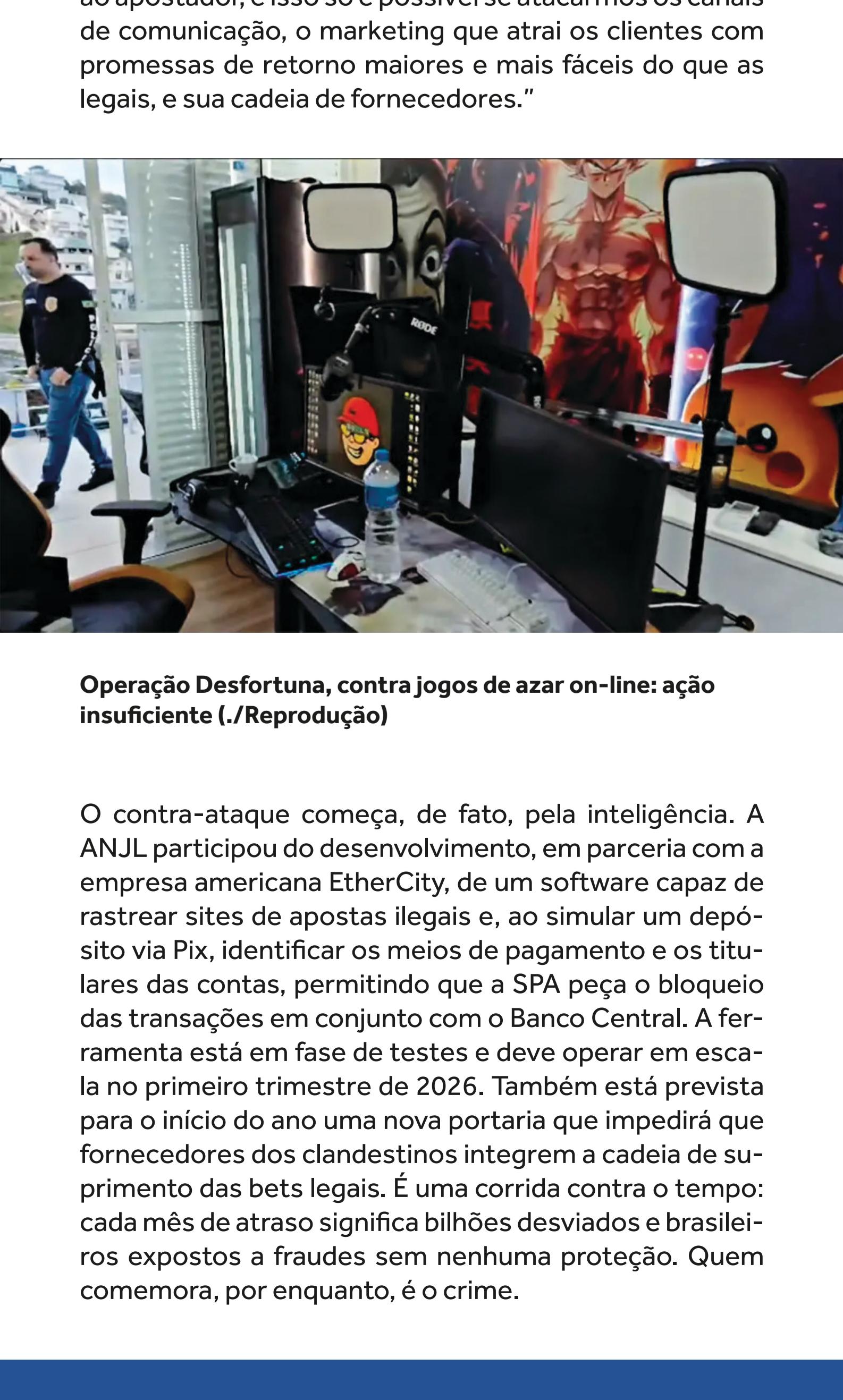
Sem pagar impostos nem cumprir a regulamentação, os sites clandestinos conseguem oferecer odds impossíveis de serem igualadas pelos concorrentes legais, bônus vetados às casas regulamentadas e um nível de facilidade de acesso quase automático, já que ignoraram exigências como comprovação de idade, vínculo bancário, identificação facial e outras barreiras pensadas para proteger apostadores vulneráveis e coibir a lavagem de dinheiro. Mais grave: as bets ilegais inundam o ambiente digital brasileiro com uma média de 22 000 novos conteúdos promocionais por dia, mirando sobretudo jovens abaixo de 35 anos por meio de influenciadores de médio alcance e de plataformas de mensagens criptografadas, como o WhatsApp e o Telegram, praticamente imunes à fiscalização.

Sem mecanismos de proteção, menores de idade apostam livremente e jogadores compulsivos — que nos sites legais seriam bloqueados por ferramentas de autoexclusão e limites atrelados à renda — encontram portas escuras. Casas somem da noite para o dia quando um apostador ganha valores significativos, deixando-o sem receber qualquer recurso. Uma pesquisa do Instituto Locomotiva revelou que 61% dos apostadores brasileiros já fizeram ao menos uma aposta em plataforma ilegal em 2025. Mais preocupante: 72% admitem não conseguir distinguir um site legal de um ilegal.

Corinthians: o time recebe 103 milhões de reais por ano de sua patrocinadora (Agência Corinthians/.)

Hoje, são 2 316 operadores clandestinos identificados, diante de apenas 167 com licença oficial, uma proporção de quase 14 para 1 que dimensiona o problema. "Todas as acusações que se fazem a respeito das bets — de que não pagam imposto, ludibriam os apostadores, exploram a ludopatia — só acontecem no mercado ilegal", afirma Guilherme Figueiredo, diretor comercial da Betano. "Mas a má reputação vai para toda a indústria."

O problema ganhou escala porque o combate às casas clandestinas foi, desde o início, pouco efetivo. Com uma estrutura de não mais que cinquenta pessoas — e apenas cinco dedicadas a fiscalizar toda a internet —, a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), do Ministério da Fazenda, se limita a receber denúncias de sites ilegais e acionar a Anatel, a agência reguladora das telecomunicações, para bloqueá-los. As bets ilegais, porém, já estavam preparadas: a cada endereço derrubado, outro surgia imediatamente, sem nenhum impacto relevante no negócio. Logo ficou claro que seria preciso atacar o ponto sensível da operação, os meios de pagamento, impedindo que os clandestinos recebessem o dinheiro dos apostadores.



Operação DesfORTuna, contra jogos de azar on-line: ação insuficiente (./Reprodução)

O contra-ataque começa, de fato, pela inteligência. A ANJL participou do desenvolvimento, em parceria com a empresa americana EtherCity, de um software capaz de rastrear sites de apostas ilegais e, ao simular um depósito via Pix, identificar os meios de pagamento e os titulares das contas, permitindo que a SPA peça o bloqueio das transações em conjunto com o Banco Central. A ferramenta está em fase de testes e deve operar em escala no primeiro trimestre de 2026. Também está prevista para o início do ano uma nova portaria que impedirá que fornecedores dos clandestinos integrem a cadeia de suprimento das bets legais. É uma corrida contra o tempo: cada mês de atraso significa bilhões desviados e brasileiros expostos a fraudes sem nenhuma proteção. Quem comemora, por enquanto, é o crime.